

# Comunicação Intercultural: apontamentos analíticos

**Mohammed ElHajji**

Professor do Programa de Pós-Graduação da ECO-UFRJ e editor da revista *Semiosfera* ([www.eco.ufrj.br/semiosfera](http://www.eco.ufrj.br/semiosfera)). O presente artigo foi desenvolvido no quadro de sua pesquisa do CNPq relacionada à questão da mídia comunitária étnica no Brasil.

## **Resumo**

O presente artigo busca mapear as condições gerais de estruturação do campo da Comunicação Intercultural no mundo atual, extrair os sentidos políticos, sociais e civilizacionais das trocas interculturais na sociedade contemporânea, e estabelecer parâmetros de análise da mídia comunitária a caráter cultural (seja ela étnica, nacional ou/e confessional). A apreensão desse tipo de discurso pode fornecer indícios valiosos para a compreensão das transformações sociopolíticas pelas quais está passando a nossa época, entender a dinâmica intercultural enquanto componente essencial de nossa realidade e fornecer subsídios analíticos para a localização de eventuais conflitos dessa natureza, em curso ou em latência.

**Palavras-chave:** comunicação; interculturalidade; mídia comunitária.

## **Abstract**

*The present article looks for to map the general conditions of structuring of Intercultural Communication field in the current world, to extract the political, social and civilizational senses of the interculturals changes in the contemporary society, and to establish analysis parameters of the cultural community media (ethnic, national and/or confessional). the apprehension of that kind of discourse can supply valuable indications for the understanding of the social and political transformations for the which it is passing our time, to understand the dynamics intercultural while essential component of our reality and to supply analytical support for the location of eventual conflicts of that nature in course or in latency.*

**Keywords:** communication; interculturality; community media.

## INTRODUÇÃO

A Comunicação Intercultural (CIC) é um reflexo repleto de significados das mudanças estruturais e organizacionais que afetaram o nosso mundo contemporâneo, em decorrência do processo de globalização e, antes deste, em consequência da firmação das bases da sociedade moderna industrial e da extensão do sistema capitalista à maior parte do planeta; inclusive através das colonizações européias e seus conhecidos efeitos sobre a geografia humana, social, política e cultural do planeta.

Em nossa época, organizada em torno da informação e cuja principal característica é o deslocamento do locus de disputa pelo poder para a esfera comunicacional, a (análise da) CIC pode servir de instrumento para medir e avaliar as relações intercomunitárias e interculturais e prever eventuais conflitos em incubação entre os diferentes grupos culturais componentes da sociedade e/ou entre um determinado grupo e a sociedade geral. Já que os meios de comunicação comunitária cultural (seja ela étnica, confessional ou nacional) contêm em si elementos semióticos e semânticos que traduzem sua visão do mundo e seus projetos políticos e sociais.

53

## INADEQUAÇÕES IDENTITÁRIAS

A realidade sociopolítica contemporânea não é nenhuma novidade. É profunda e irremediavelmente marcada pela flagrante inadequação entre os planos nacional-estatal e cultural-identitário. Os fluxos e refluxos migratórios devidos aos processos de colonização e descolonização - assim como a explosão de setores econômicos e industriais usuários de mão de obra numerosa e/ou de competências específicas - deixaram rastros definitivos na topografia social da maior parte do planeta. A utópica homogeneidade cultural, confessional, étnica ou lingüística, que sustentava os ideais nacionais e nacionalistas herdados da alta modernidade, não passa mais de um referencial abstrato relegado aos manuais da História positivista.

Inúmeros estudos demonstraram, ao longo do século, que o fato intercultural é central para qualquer esforço de compreensão das transformações sociais em curso. Apesar de todas as estratégias de sistematização da experiência humana e de seu enquadramento no projeto jacobino de neutralização dos anseios de singularidade e de diferença, as manifestações identitárias acabaram se impondo como pólo aglutinador das subjetividades e base de organização comunitária de segmentos importantes da sociedade.

Desde o início do século passado, percebeu-se que a multiculturalidade tornava-se cada vez mais a regra da realidade social das grandes metrópoles do que um fenômeno excêntrico passageiro. A organização comunitária de caráter cultural (incluindo suas vertentes lingüísticas, religiosas, étnicas, etc...) não se limitava mais à máfia ou à culinária, mas sim, impregnava até as atividades tidas como racionais e impessoais ao exemplo dos bancos e das organizações empresariais.

De fato, uma das características da sociedade moderna é a sua complexa composição por categorias sociais distinguíveis “com continuidade histórica” e a coexistência, “harmoniosa ou não”, de uma pluralidade de tradições cujas motivações podem ser ocupacionais, étnicas, religiosas ou outras. Por outro lado, apesar de sua ação desterritorializante e uniformizante, esse modelo organizacional estimula, dialeticamente, a formulação de quadros comunitários não-instrumentais propícios à afirmação da singularidade e à resistência às tentativas de sua homogeneização.

É verdade que, muitas vezes, o contexto moderno favorece, em primeiro lugar, as articulações de caráter vocacional, reduzindo os quadros identitários à sua função opcional, cujo objetivo não é a expressão efetiva de subjetividades singulares, mas apenas o aproveitamento da possibilidade de construção de uma narrativa que sustente os interesses e os ideais do sujeito. Pois, por causa da redução de suas opções de realização enquanto sujeito, o indivíduo moderno busca modos de inserção em grupos de interesses semelhantes aos seus para poder alcançar seus objetivos tanto materiais como subjetivos. As instâncias de enunciação da cultura do grupo, enquanto marcas diferenciadas, passam, assim, a se expressar sob novas formas e via novos canais, de tal maneira que possam conciliar a preocupação identitária com outras articulações de caráter vocacional ou profissional.

Porém, por sua capacidade de se organizarem paralelamente e até em função das determinações do mercado, essas instâncias têm a vantagem de constituir uma manifestação viva do desejo visceral de ser e de se afirmar enquanto marca diferenciada num mundo que funciona no princípio da uniformização e da categorização das populações, artificialmente sintetizadas e congeladas em premissas estatísticas e projeções de necessidades e hábitos de consumo.

A identidade étnico-cultural (que pode incluir elementos nacionais, lingüísticos e/ou religiosos), em especial, se revelou um poderoso catalisador ideológico, capaz de secretar complexos mecanismos de estruturação da vida social sob todas as suas formas. Funcionando, notadamente, como molde (parcial ou predominante) dos quadros simbólicos que estabelecem os critérios de reconhecimento e as regras de conduta dentro do próprio grupo e nas relações com o resto da sociedade. O desejo de diferenciação das comunidades humanas é, com certeza, inerente a seus próprios processos de auto-organização e de afirmação enquanto entidades coesas e coerentes.

Assim, ao se estruturarem em torno de seus sistemas comuns de classificação e de representação do real, através de seus respectivos sistemas de comunicação e suas instâncias de enunciação de sua identidade coletiva, os grupos sociais visam à institucionalização e à perpetuação de uma marca distinta capaz de consolidar seus interesses materiais, ideológicos e afetivos.

Portanto, no afã de assegurar a sua continuidade e se impor enquanto diferença diante outras formas sociais, a comunidade cultural é obrigada a

definir seu projeto existencial e delimitar seus campos e níveis de operacionalidade, notadamente através de seus sistemas e meios de comunicação tanto internos como externos. Inversamente, os marcos identitários da comunidade contêm em si um conteúdo reflexivo e uma dimensão comunicativa que determinam seu posicionamento político e social no quadro geral da sociedade.

Todavia, essa multiplicidade dos quadros identitários que, com certeza, é uma preciosa fonte de riqueza simbólica, pode também ser (e geralmente o é) portadora de conflitos latentes ou manifestos e incompatibilidades potenciais; ou expressas em termos de lealdade e de reconhecimento, tanto ao nível abstrato dos valores culturais e civilizacionais, como no plano organizacional concreto de atitudes e comportamentos sociais e políticos.

Neste sentido, a CIC tem um duplo valor socio-científico. Além de servir de interface social intercomunitária, ela constitui um quadro epistêmico capaz de efetivar as condições teóricas e analíticas necessárias para a apreensão do significado dos fluxos migratórios a partir de seus rastros comunicativos. Enquanto horizonte epistemológico, a CIC pode oferecer um plano reflexivo altamente operacional, seguro e confiável para manobras teóricas inéditas e audaciosas, capazes de trilhar profundamente a complexidade sociopolítica da época contemporânea e retratar de modo bastante fiel o emaranhado geocultural da era global.

### MÚLTIPLA LEALDADE

Com o processo de globalização, a questão da múltipla lealdade e da incompatibilidade de valores está chegando ao paroxismo de sua exacerbação. Se o distanciamento geográfico e a relativa lentidão das comunicações da época pré-global ainda permitiam uma reelaboração mais aprofundada da identidade minoritária no ambiente local, hoje, à medida que se configure uma nova esfera étnico-cultural transnacional, se torna mais problemática a desvinculação do universo simbólico de origem ou o afastamento das comunidades “irmãs” espalhadas pelo mundo.

Para uma apreensão construtiva das mudanças em curso, primeiro, há que se salientar a natureza info-temporal e tecno-organizacional do processo de globalização, já que a particularidade da época contemporânea reside na rearticulação das relações sociais e de produção em torno das Novas Tecnologias de Comunicação. A especificidade dessas tecnologias, por sua vez, consiste no deslocamento das instâncias de mediação política, econômica e social da dimensão espacial para a temporal, e a instituição do princípio de instantaneidade e de imediatez como base de regulação de nossa experiência significativa.

É conhecida a proposta de uma equação que possibilite o cálculo do grau de “encolhimento” do planeta em função da velocidade tecnicamente possível para cobri-lo. O que significa que as distâncias “vivas” entre diferentes pontos do espaço físico são inversamente proporcionais ao

tempo necessário para atravessá-las, tornando, assim, virtualmente possível a utopia do mundo como “um lugar só”, já que o próprio das NTCs é justamente a instantaneidade.

O conceito de globalização, portanto, não deve ser entendido em relação ao globo terrestre, mas sim no sentido da globalidade de uma ação ou de um processo, ou seja, a sua realização ou a sua vivência simultânea em múltiplos pontos do espaço. É essa equação que possibilita o surgimento efetivo e concreto das culturas e identidades transnacionais, fundadas numa origem comum (muitas vezes mítica), mas dialeticamente (in)-dependentes, em contradição, negação ou negociação dos quadros organizacionais estatais e territoriais tradicionais.

Em que diz respeito à CIC, alguns paradoxos valem a pena serem levantados. Além do uso das novas tecnologias e formas modernas de comunicação para a veiculação de conteúdos muitas vezes arcaicos, se deve também observar a substituição do paradigma espacial pelo info-temporal no processo de construção da identidade coletiva étnica e cultural. O estar-junto espacial, durante muito tempo considerado uma condição sine qua non para a enunciação deste tipo de identidade, não parece mais ser um pré-requisito imprescindível. Se pode até afirmar que muitas identidades a caráter étnico, cultural, confessional e/ou nacional ressurgiram com mais força no espaço cibernético antes de se reorganizar no espaço real.

As teorias da globalização, através de seus principais formuladores, não deixaram de chamar a atenção sobre essa correlação dialética existente entre o processo de globalização e a tendência generalizada de re-territorialização e de re-enraizamentos locais, particulares e transnacionais. As mesmas teorias são, com certeza, bastante prolixas quanto ao “imminente” esvaziamento das funções reguladoras do Estado-Nação, sua “extinção” anunciada, o ressurgimento de antigos e arcaicos tribalismos e a formação de novas bacias de subjetividades emancipadas do controle espacial e da gestão territorial.

Globalismo versus localismos, particularismos ou transnacionalismos são as duas faces de um mesmo fenômeno, como se pode observar na maior parte do planeta, onde o processo vem provocando reações abruptas e muitas vezes violentas por parte das culturas e das identidades singulares ou minoritárias ameaçadas pelo trator nivelador do mercado mundial e do molde existencial único. Reações que vão dos mais cruéis e sangrentos enfrentamentos até as mais diversas revoluções moleculares e estratégias micropolíticas de reterritorialização, reformulação e reapropriação de territórios existenciais e espaços públicos ou comunitários.

Assim, vemos hoje florescer em todo o mundo o desejo de elaboração de novas instâncias de produção da subjetividade e de enunciação das singularidades. Os métodos variam e se diversificam, mas o objetivo é o mesmo: resistir à força devassadora do “todo lugar” que de tanto usar de “lugares

comuns” se revela nada mais do que “lugar nenhum”. Terra de ninguém onde a confusão só pode gerar a não-fusão, onde a identidade não passa de paralelismos distorcidos pela lente da “onivisão” midiática, por falta de ângulo e de perspectiva particulares.

A tensão entre a vontade de enraizamento própria aos particularismos culturais e a força centrípeta do universalismo mercantil constitui hoje, decerto, uma das principais linhas de ruptura tanto nas teorias sociais como nos próprios projetos existenciais de toda organização social. Por isso, neste contexto de ambivalência teórica causada pela superexposição das idéias, se faz necessária e urgente uma reflexão atenta às lógicas de relocalização, sensível às linhas de atrito entre o singular e o universal / o minoritário e o hegemônico, capaz de discernir o “todo lugar” do “lugar nenhum”.

De fato, ao mesmo tempo em que assistimos à interconexão das diferentes partes do planeta no já real “sistema-mundo” e à transnacionalização de certos aspectos das culturas locais, se faz cada vez mais insistente a inconformidade com as fórmulas identitárias clássicas, buscando e propondo novos modos e novas modalidades de reenraizamento na diferença de seus respectivos “aqui e agora”. Assim, neste contexto de crises e rupturas, as identidades étnicas e culturais se tornam o verdadeiro motor da História, abrindo o caminho para a nova configuração política mundial de ordem, não mais ideológica no sentido tradicional, mas sim geocultural.

#### DISCURSO REFLEXIVO

Mesmo se, ao contrário de países atentos ao potencial da imigração, aqui no Brasil, não dispomos de dados quantitativos significativos relativos ao retorno econômico, político e social da diversidade dos componentes étnicos e culturais da nação, não há dúvida sobre o fator potencializador de riquezas inerente à multiplicação dos quadros simbólicos e organizacionais de referência desses grupos. Porém, a falta desse tipo de estudo é sintomática quanto à inexistência generalizada de políticas étnicas ou culturais no país. Sendo que por política, não se entende aqui um poder coercivo ou uma competência gestonária, mas sim a capacidade reflexiva de auto-reconhecimento e autoprojeção.

Todavia, paralela e simultaneamente, não se pode ignorar que, em função do contexto sociopolítico geral (nacional e/ou internacional), essa multiplicidade de quadros simbólicos de referência e de lealdade constitui uma matriz fértil para potenciais atritos e conflitos de várias naturezas. Não se trata de brandir o espectro de um hipotético “fracasso do projeto cultural-identitário nacional”, já que a cultura e a identidade de um povo ou uma nação são o reflexo da dinâmica histórica que os subtende e não um modelo a ser imposto. Nem acreditamos na possibilidade de existência de uma suposta Identidade Única e (no) singular em algum lugar do mundo. Tampouco

pretendemos questionar os inúmeros benefícios culturais e humanos da diversidade e da diferença.

Contudo, a nossa proposta em termos de comunicação intercultural é de não ignorar o caráter político e estratégico da culturalidade e da etnicidade em seus níveis regional, nacional e global. É preciso elaborar um quadro reflexivo teórico-empírico voltado para os conflitos sociais de caráter cultural a partir de uma perspectiva comunicacional, e tendo como pano de fundo as transformações políticas, organizacionais e tecnológicas frutos da modernidade tardia.

De fato, a mídia comunitária cultural (étnica, confessional e/ou nacional) tem esse mérito de oferecer um discurso reflexivo, organizado, aberto e público sobre o próprio grupo, sobre os outros e sobre o mundo. A análise dessa mídia pode revelar para a sociedade a filosofia social e política dos grupos em questão, deixar evidentes sua capacidade e disposição de inserção nos valores da sociedade geral e até prever eventuais panos conflituosos de seu ethos.

O discurso público investido da autoridade representativa, estabelecida e reconhecida pelos próprios membros do grupo, deve ser particularmente valorizado. Já que, é por meio desse mesmo discurso que os grupos minoritários (étnicos e confessionais) elaboram as suas estratégias de legitimação e formação de consenso, tanto entre o seu público interno como junto à sociedade.

Se, como sabemos, as diferentes classes e grupos estão sempre envolvidos numa bourdivina luta simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, os discursos desenvolvidos por eles constituem o melhor termômetro para compreender e discernir os objetivos e as regras desta luta; já que toda organização social é estruturada, primeiramente e antes de nada, no plano discursivo.

Portanto, a importância dos discursos politicamente fundamentados e socialmente coerentes não se limita à sua capacidade de representação do real, mas sim de sua eficácia em produzir sentido e estabelecer o consenso necessário para a sobrevivência do grupo enquanto tal e a sobrevivência política e identitária de seus membros tanto dentro do grupo como no seu relacionamento diário com os diversos segmentos da sociedade na sua totalidade.

Ou seja, tais discursos, essenciais no processo de produção e reprodução do sentido, não são formas inocentes ou inconscientes de uso da linguagem, mas sim construções ideológicas reflexivas que objetivam provocar um impacto na cognição social de seus receptores internos e externos. Eles desempenham, assim, um papel intencional crucial na validação, expressão e legitimação de seu universo social, cultural e político, aos próprios olhos dos membros do grupo e aos olhos do mundo.

Não é por acaso que os grupos culturais tanto no Brasil como no resto do mundo geralmente são dotados de uma eficiente mídia comunitária que assegura a sua coesão social, cultural e política aos níveis local, regional, nacional

e global. Pois, eles sentem o imperativo de se manifestar sobre a realidade social e política na qual eles se inserem para se posicionarem com relação à sociedade e oferecer aos seus membros um quadro coerente de ação.

De fato, há uma correlação estreita entre as formas organizacionais de uma comunidade e as suas instâncias de enunciação de seu projeto sócio-histórico, na medida em que, ao elaborar as suas práticas discursivas, ela procura desenvolver estratégias que atuem como dispositivos simbólicos na disputa pela imposição de sentido (ainda que plural e polifônico) tanto junto a seus próprios membros como junto à sociedade em geral. A CIC serve, então, de plataforma de reivindicação dos marcos identitários indispensáveis para a perenidade de seu ethos e de cenário de negociação dos possíveis territórios existenciais e subjetivos necessários para sua integração plena na sociedade acolhedora.

Ou seja, as modelagens discursivas ajudam a comunidade a se pensar enquanto projeto social, político e filosófico e, ao mesmo tempo, simular as possibilidades de negociação deste projeto com o conjunto da sociedade. Motivo pelo qual, a CIC deve ser eleita como superfície ideal para a observação e a análise das múltiplas dinâmicas sociais, culturais e políticas que se dão no encontro entre as diferentes comunidades componentes da sociedade e o encontro de cada uma delas com a sociedade geral.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALSINA, Miquel Rodrigo. (2004). “Cuestionamientos, Características y Miradas de la Interculturalidad”, Sphera Publica : Revista de Ciencias Sociales y de la Comunicación. Murcia. Nº 4.
- APPADURAI, Arjun. (1991) Global Ethnoscapes: Notes and Queries for a Transnational Anthropology. Santa Fé: School of American Research Press.
- BALIBAR, E. & WALLERSTEIN, I. (1988). Race, Nation, Classe: les Identités Ambigües. Paris: La Découverte.
- BOURDIEU, Pierre. (1974) A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Perspectiva.
- BRANDÃO, Carlos R. (1986). Identidade Étnica: Construção da Pessoa e Resistência Cultural. SP: Brasiliense.
- CUNHA, Manuela. (1979) “Etnicidade: da Cultura Residual mas Irredutível”. SP: Cultura e Política nº01,.
- ELHAJJI, M. (2000). Da Semiose Hegemônica Ocidental: Globalização e Convergência. RJ: Eco-Rizhoma.
- FAUSTO, Boris (org.) (2000). Fazer a América. SP, Edusp.
- FEATHERSONE, Mike. ed. (1990). Global Culture: Nationalism,

Globalization and Modernity. London: Sage.

GALISSOT, René et alii (2000). L'imbroglio ethnique. Paris: Payot.

HARVEY, D. (1993). Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. SP: Loyola.

HUNTIGTON, Samuel. (2000). O Choque de Civilizações. RJ: Objetiva.

KOTKIN, Joel. (1993). Tribes: How Race, Religion and Identity Determine Success in the New Global Economy. New York: Random House.

LAWRENCE, E. (org.) (2002). Cultura Importa. RJ: Record.

LESSER, Jeffrey. (2001). A Negociação da Identidade Nacional. SP: UNESP.

MAFFESOLI, Michel. (1987). O Tempo das Tribos. Rio de Janeiro: Forense.

MEINTEL, Deirdre. (1993). "Transnationalité et Transethnicité chez des Jeunes Issus de Milieux Immigrés à Montréal", Revue Européenne des Migrations Internationales. Vol. 9 - N° 3.

MOYNIHAN, D. P. (1993). Pandaemonium: Ethnicity in International Politics. NY: OUP.

OLIVEIRA, C. Roberto de. (1976). Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo: Pioneira.

RYAN, Stephen. (1990). Ethnic Conflict and International Relations. Aldershot: Dartmouth.

TAYLOR, Charles. (1994) Multiculturalisme: Différence et Démocratie. Paris: Aubier.